



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Corregedor do TRE: "Juiz não justifica decisões pelo Twitter"

Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), o desembargador Sebastião Coelho (foto), que tomou posse, ontem, como vice-presidente do TRE-DF e corregedor-geral da Justiça Eleitoral, falou em discurso sobre como avalia que os magistrados devem se comunicar com a sociedade. Segundo ele, juiz decide e apresenta a fundamentação nos autos. "Quando juiz tiver de explicar as decisões, alguma coisa não está certa. Juiz não é político nem é celebridade para ficar tuitando, dizendo isso ou aquilo. Isso não é próprio para juizes", disse, em pronunciamento de posse.

Sebastião não citou ninguém, mas coube perfeitamente para o assunto do momento na Justiça: a decisão do STF de condenar o deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) a oito anos e nove meses de prisão por ofensas aos ministros do Supremo e o decreto com o indulto do presidente Jair Bolsonaro (PL), isentando o parlamentar aliado de qualquer responsabilidade. É que o ministro André Mendonça, segundo magistrado nomeado por Bolsonaro para a Suprema Corte, foi ao Twitter explicar por que votou a favor da condenação de Silveira, embora com uma punição menor do que a pena que acabou prevalecendo. Teve outra leitura também: a de que os comentários foram dirigidos ao ex-presidente do TSE, Roberto Barroso, habitué no Twitter. Cada um faz sua interpretação.

Gabinetes de portas abertas para os políticos

O novo corregedor-geral da Justiça, Sebastião Coelho, também defendeu que os gabinetes do TRE-DF fiquem abertos para os políticos, candidatos e presidentes de partidos políticos. "A corregedoria, mais do que um órgão punitivo, deve ser um órgão orientador. Os magistrados eleitorais não podem ter medo dos políticos. Não podem ter vergonha de atender aos políticos", afirmou, ressaltando que o limite são as leis e resoluções da Justiça.

Justiça Eleitoral vai combater as fake news

Fake news é o tema a ser combatido na campanha deste ano. A afirmação é do novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), Roberval Belinati. No discurso de posse ontem, o magistrado — que é especialista em direito penal — disse que plantar notícias falsas pode dar cadeia e multas altas. "Fake news é crime. A pessoa pode ser presa e ir para a cadeia. A pena de detenção é de dois meses a um ano. O responsável ainda poderá ser multado entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil. O Tribunal Regional Eleitoral vai dar o exemplo e ficará em cima das fake news. Não vamos admitir nem tolerar isso", disse o magistrado.



Família no direito

Os filhos do presidente do TRE-DF, Roberval Belinati, seguiram os passos do pai e da mãe, Rosângela Rosária Belinati. O casal se conheceu na faculdade de direito e teve seis filhos: Roberval José, Rosana Fátima, Roberlan José, Roberlei José, Rosaria e Rôberson José. Todos fizeram o mesmo curso e seguem a carreira jurídica, como advogados, professores ou na Polícia Militar.

Professor do governador

Belinati também tem discípulos no direito. Entre seus alunos no curso de direito penal, está o governador Ibaneis Rocha (MDB — foto), hoje licenciado de uma das mais prestigiadas bancas de advocacia do DF.



Colegas de turma

Um outro detalhe curioso: o novo presidente do TRE-DF foi colega no curso de direito do Ceub do ex-vice-governador Paulo Octávio, em 1976. O empresário que preside o PSD no DF esteve na solenidade de posse.

Instagram/Reprodução



Ministra e advogada na posse do TRE-DF

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, compôs a mesa na posse do presidente, Roberval Belinati, e vice, Sebastião Coelho, no TRE-DF, ontem. Advogada e especialista em direito eleitoral, Cristiane é casada com o advogado Flávio Wanderley Britto, ex-desembargador eleitoral substituto do TRE-DF. Cristiane era secretária Nacional de Política das Mulheres do governo federal na gestão de Damara Alves e a sucedeu.

"Defender invasão ao STF e agressão a ministro não é liberdade de opinião, é crime. Garantias constitucionais não podem ser escudo para atacar a democracia e a Constituição Federal. O indulto presidencial ao condenado afronta o STF, a democracia e os brasileiros que respeitam os limites constitucionais"

Eduardo Leite (PSDB),
ex-governador do Rio Grande do Sul



Facebook/Reprodução

"Nossa maior referência foi o mais perseguido e mesmo assassinado com requintes de tortura. Se essa injustiça aconteceu com Jesus, não seremos nós a vir para a Terra para receber apenas aplausos"

Eduardo Bolsonaro (PL-SP),
deputado federal



Luis Macedo/Câmara dos Deputados



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

TECNOLOGIA

Em dois anos, professores e alunos da Universidade de Brasília criaram sistema que facilita a identificação de fraudes por meio do reconhecimento facial. Apresentado nesta semana, aplicativo pode ser usado em diferentes órgãos e setores, para fins diversos

UnB desenvolve app anti-fraudes

» THAIS MOURA

Pesquisadores e estudantes da Universidade de Brasília (UnB) desenvolvem, há cerca de dois anos, um sistema tecnológico que auxilia no reconhecimento facial para identificação de fraudes e para gestão mais eficiente em diferentes setores da sociedade. O aplicativo, que foi testado e tem previsão de começar a operar até o fim do mês, pode ajudar bancas examinadoras, instituições de ensino, empresas e organizações a evitar irregularidades relacionadas à identificação, à geolocalização e ao reconhecimento de estudantes, trabalhadores e candidatos, em processos seletivos, salas de aula, escolas ou até nos órgãos públicos.

Os resultados e conclusões da pesquisa que deu origem ao aplicativo foram apresentados, na segunda-feira, à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Ela vai decidir como, onde e se o aplicativo será usado. O desenvolvimento do sistema, batizado de Faciem (do latim, "face"), teve início em 2020, quando a instituição pública pediu que a UnB apresentasse soluções para impedir fraudes em cursos de capacitação.

À época, a FAP-DF tinha contrato com uma empresa que promovia essas atividades de preparação. Porém, diante da presença maciça de estudantes, cuja frequência chegava a 100% diariamente, a fundação suspeitou da existência de irregularidades no preenchimento da lista de presença. "Isso gerou um alerta, porque é impossível gerenciar um curso em que ninguém falte. Eles (da FAP-DF) nos procuraram, pois queriam uma solução tecnológica que checasse se uma pessoa está em um local específico, no dia e horário determinados", detalhou Marcus Vinicius Lamar, coordenador da pesquisa e professor do Departamento de Ciências da Computação da UnB.

Funcionamento

O Faciem adota técnicas de reconhecimento biométrico e facial que garantem uma identidade única ao usuário e permitem saber se ele está, de fato, presente no lugar necessário. O aplicativo foi desenvolvido exclusivamente para celulares. Para usá-lo, basta ter uma câmera e sistema operacional Android, versão 10 ou superior, ou iOS a partir da 13ª, no caso de iPhones. Testado por mais de 500 estudantes da UnB em aulas

Thais Moura/CB/D.A Press



Flávio (E) e Marcus (D) dão aula no Departamento de Ciências da Computação e coordenam a pesquisa

remotas, a expectativa inicial é de que o programa funcione com até 5 mil acessos simultâneos.

O Correio testou o aplicativo. Primeiro, o usuário se cadastra, na página inicial do app e, com um QR Code, registra fotos do próprio rosto em três posições: frontal, pelo lado esquerdo e a face direita. A partir dessas imagens, o sistema cria um algoritmo que indicará o grau de semelhança entre as imagens de que fez o cadastro original no programa e a de quem tenta

validar a presença em um curso ou processo seletivo, por exemplo.

O aplicativo capta, ainda, a geolocalização do usuário, para checar se a pessoa está no local esperado. Com a precisão do sensor GPS, também é possível saber se ela se encontra em movimento e até a velocidade do deslocamento. O sistema funciona na frequência determinada pelo gestor e, se necessário, a presença e o reconhecimento facial podem ser processados por minuto, por

hora ou em intervalos diferentes.

Utilidade

Apesar de ter sido testada em contexto acadêmico e idealizada para cursos de capacitação, a ferramenta pode ter grande variedade de usos na gestão pública. Até o momento, o sistema só foi oferecido à FAP e à UnB, mas o grupo de pesquisa quer levá-lo para o Governo do Distrito Federal. O aplicativo pode, por exemplo, ajudar

a organizar a distribuição de vacinas nas unidades básicas de saúde (UBS). Nesse caso, o usuário previamente cadastrado poderia chegar ao local apenas no horário marcado e, com leitura do QR code e reconhecimento facial, ser atendido com o imunizante indicado.

Professor de ciências da computação, Flávio Vidal, coordenador da parte técnica da pesquisa, acrescentou que o aplicativo poderia servir para o controle da frequência e da localização de políticos em eventos, viagens oficiais e em audiências parlamentares com gastos financiados pelo poder público. "Se um deputado, por exemplo, diz que está em um lugar, mas está em outro, a gestão pública pode usar nosso sistema para monitorar. E isso funcionaria em qualquer parte do mundo, não só no Brasil", destacou.

A iniciativa foi desenvolvida por 14 docentes e estudantes de cursos das áreas de engenharia e computação. Em junho, o grupo vai apresentar, na 17ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação, um artigo sobre o processo de pesquisa, que recebeu investimento de aproximadamente R\$ 2,5 milhões da FAP-DF.

Colaborou Ana Luisa Araujo